

40º Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências
Sociais (ANPOCS)

ST21 - Partidos e sistemas partidários

**Vínculos entre eleitores e deputados em partidos desafiantes: o Partido
Socialismo e Liberdade**

Noelle Carvalho del Giúdice

Introdução

Durante as pós-transições democráticas ocorridas na América Latina, os sistemas de partido latino-americanos enfrentaram a necessidade de se autotransformar, passando a incluir novos eixos e dimensões à competição interpartidária para conseguir adaptar-se às demandas surgidas pelo déficit do sistema de representação tradicional (López, 2005).

Os cidadãos têm se mostrado céticos em relação aos partidos políticos, vistos cada vez mais como incapazes de sustentar ideias políticas consistentes, interessados, sobretudo, em si mesmos do que na busca pelo bem comum. A aparição de novos valores, tanto nas democracias avançadas quanto nas mais recentes, tem levado a uma série de transformações na sociedade, e os partidos políticos têm buscado adaptar suas ofertas, fazendo-as coincidir com as demandas dos cidadãos (Melo, Ramirez e Del Giúdice, 2014).

Em consequência, surgiram novos partidos de oposição, chamados por López (2005) de partidos desafiantes, que se apresentaram como alternativas aos partidos já estabelecidos. Lopez (2005) cita como principais partidos desafiantes na América Latina o EP-FA, no Uruguai, PAN e PRD no México, o PT no Brasil, o AD-M19, na Colômbia, FREPASO, na Argentina, e o MAS na Bolívia.

Como bem salienta Lopez (2005), um partido desafiante é aquele que busca impugnar os atores estabelecidos, ainda que os considere legítimos, e alimentar novas clivagens de competição democrática. São oposições emergentes em um contexto de transformações do sistema de representação as quais não alcançaram o governo, mas competem para isso, representando uma alternativa para os cidadãos. Tais partidos, na medida em que se integram com êxito ao sistema, estabelecem novas pautas de competição contra o *status quo* político, adquirem suportes sociais fortes e apresentam características orgânicas e institucionais novas.

No Brasil, a recente experiência do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) aproxima-se desse quadro, sobressaindo-se como um importante partido desafiante no cenário político nacional, fazendo chegar à agenda política discussões a respeito de temas tradicionalmente não levado a fundo. Fundado em 2004, este partido reúne militantes de esquerda das mais distintas tradições, insatisfeitos com os rumos do Partido dos Trabalhadores (PT), que ocupou a presidência em 2002, e com a experiência de isolamento da extrema-esquerda representada pelo Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados (PSTU) (Silva, 2011).

A novidade representada pelo PSOL no sistema partidário brasileiro pode ser comparada ao surgimento da nova esquerda radical europeia, incentivando a inclusão de novas clivagens – como direitos das mulheres, negros e homossexuais, descriminalização do aborto e da maconha - na agenda política do país, e que vem ganhando cada vez mais espaço no cenário político.

No Brasil, a oposição representada pelo PSOL o lança como um importante partido desafiante (López, 2005) de esquerda radical (Moura, 2011) no cenário político brasileiro, por representar a inclusão de novas clivagens no debate político, incentivando o estabelecimento de novas pautas contra o status quo político, ainda que sua origem seja eminentemente parlamentar, sem vínculo com movimentos sociais em seu nascedouro.

Por outro lado, a questão dos vínculos entre representantes e eleitores tem recebido o interesse dos estudiosos nos últimos anos. O vínculo entre eleitores e políticos pode ser definido como a conexão existente os eleitores com os seus representantes, ou seja, como o eleitor percebe o candidato que escolheu. É também considerada como a relação que os políticos travam com seus eleitores, possuindo um caráter bidirecional.

A literatura (Kitschel, 2000; Luna, 2010; Marengi, 2013, Ruiz, 2007) afirma que os mecanismos utilizados pelos representantes para se conectar com os seus eleitores, conhecer seus interesses e necessidade é fundamental para que alcancem êxito na eleição e consolidem uma carreira política, além do seu importante papel na qualidade da democracia.

Para se analisar os vínculos entre representantes e seus eleitores, é necessário que se analise o vínculo entre os eleitores e o partido político, que são instituições fundamentais no sistema democrático, responsáveis, dentre outros, pela intermediação entre a sociedade e o estado e por dar voz aos anseios da população (Kinzo, 2005).

Neste sentido, o estudo do PSOL e os vínculos que este partido estabelece com seus eleitores pode indicar um caminho para futuros estudos que busquem entender, em partidos desafiantes de esquerda radical, como se caracterizam os vínculos entre os deputados e seus eleitores.

Este trabalho pretende entender quais são os vínculos existentes entre os deputados do PSOL e os seus eleitores, buscando identificar se há predominância específica de algum deles e quais são as variáveis institucionais e políticas que determinam o estabelecimento de um ou outro tipo de vínculo. Para tanto, buscar-se-á conhecer os eleitores do PSOL e as razões que determinam o voto neste partido, além de conhecer o próprio partido,

conhecendo suas atitudes políticas e ideológicas e identificar suas principais bases eleitorais.

A hipótese principal do trabalho é a de que os tipos de vínculos estabelecidos entre o PSOL e seus eleitores variam segundo a base eleitoral e a estratégia de mobilização, havendo predominância do vínculo ideológico e pragmático.

Relevância do Tema

A escolha do PSOL como objeto do presente estudo justifica-se, em um primeiro momento, diante da enorme lacuna encontrada na literatura a respeito deste partido. Há escassa literatura a respeito da esquerda radical no Brasil, e até mesmo na América Latina. Trabalhos como Lopez (2005), Levitsky e Roberts (2011) trataram de debater a nova esquerda surgida na América Latina a princípios do século XXI, e que logrou chegar ao governo em grande parte dos países latino-americanos. Não há, entretanto, bibliografia a respeito da chamada nova esquerda radical, movimento recente surgido após a chegada ao poder da esquerda tradicional e que se encontra mais à esquerda desta, funcionando como sua oposição. Sobre a esquerda brasileira, inúmeros trabalhos (Telles, 2006; Telles, 2008; Silva, 2009; Hunter, 2011) analisam o crescimento e chegada ao governo do Partido dos Trabalhadores, havendo uma enorme lacuna em relação aos demais partidos que ocupam a posição de esquerda no espectro ideológico do país.

Neste sentido, compreender o PSOL trará uma importante contribuição, tanto para a literatura brasileira quanto para a latino-americana, para a compreensão deste campo político denominado nova esquerda radical, que tem se apresentado como um fenômeno político crescente, porém ainda recente para que se possa mensurar seu alcance e impacto.

Por outro lado, a questão dos vínculos estabelecidos entre eleitores e seus representantes tem sido pouco estudada no Brasil, ao contrário de alguns países da região – como Chile, Bolívia e Peru, que já contam com alguns estudos a este respeito, ainda que incipientes (Luna, 2014; Ruiz, 2007; Barreda e Ruiz, 2014). Estudar o vínculo que os representantes estabelecem com seus eleitores é de fundamental importância para o entendimento da qualidade da democracia e representação.

O estudo dos vínculos estabelecidos entre deputados/partidos e seus eleitores permite aprofundar nas concepções de representação. Sabe-se muito pouco, na América Latina e, sobretudo, no Brasil, a respeito dos mecanismos que os deputados utilizam para

se conectar com seus eleitores e conhecer suas necessidades e interesses. Entender como os deputados interagem com suas bases eleitorais e como obtêm e passam informações a seus eleitores é fundamental para se determinar como se dá a relação entre representante e representado no âmbito daquele partido. E a relação entre representantes e representados é crucial em qualquer sistema democrático.

Por derradeiro, como salienta López (2005), a emergência de importantes partidos e movimentos políticos considerado desafiante está relacionada à debilidade dos sistemas de partidos no plano da representação política. O fato de que as redes de representação decaíram desde o período de transição à democracia mais rapidamente do que se organizaram novas alternativas conduziu a um desalinhamento eleitoral e a declínio dos partidos já existentes (Hagopian, 2000).

Discussão Teórica

A representação tem sido encarada por muitos cientistas políticos como elemento central da democracia moderna (Brack, Costa e Teixeira, 2012). O termo “representação” direciona atenção para as atividades, expectativas e comportamentos dos representantes como também para a aceitação das decisões dos representantes como legítimas (Eulau et al, 1959).

A ideia de representação como ser agente ou agir por outros foi redimensionada pela modernidade, quando o mercado estabeleceu novas relações econômicas e sociais e a sociedade se tornou mais plural. Desse modo, representar associa-se diretamente com o suposto da existência de interesses sociais diversos e mesmo contraditórios (Telles, 1997).

Toda forma de representação é, por princípio, insuficiente e equivocada, por isso é um tema quase permanente na agenda política, visando buscar soluções que atenuem a excessiva autonomia dos representantes em relação aos interesses, ideias e desejos dos representados (Quirós, 2012). Discutir o papel central da representação, suas finalidades, fundamento, funcionamento tem um importante papel no debate político que se pretende iniciar. Como salienta Ruth (2009), a qualidade da representação está de diversas maneiras relacionada aos diferentes tipos de vínculos estabelecidos entre eleitores e representantes, e como o eleitor percebe o candidato que escolherá para o representar.

A representação tem sido tradicionalmente designada (Burke, 1774¹) como uma combinação de uma concepção de "foco" da representação com uma concepção de "estilo" de representação. Quanto ao foco, a representação poderia ser local ou nacional. Quanto ao estilo, o comportamento dos representantes poderia ser livre, em que o representante age de acordo com sua própria consciência, ou imperativo, em que o representante age segundo as instruções de seus eleitores. Entretanto, no mundo moderno, diante de um grande processo de diferenciação social e política, os focos da representação passaram a ser outros (Campilongo, 1998).

O exercício da representação pode ter diferentes focos – local, nacional – e diferentes estilos – mandatos imperativos, livres, delegados (O'Donnell, 1994; Manin, 1997; Leal, 2004; Campilongo, 1988), e entender o conceito de cada um deles, e qual destes conceitos é utilizado por um partido político, ou por um político individualmente, é questão central para entender e identificar quais os tipos de vínculo um determinado partido ou político estabelece com seus eleitores, e como são percebidos por estes.

Segundo Manin (1997), a representação pode ser vista como um espelho, que reflete a real dispersão de preferências dos representados, ou como filtro, que tem como principal tarefa proporcionar a seleção de líderes dotados de capacidade de responder adequadamente às demandas de toda a coletividade, ainda que não represente todos os seus segmentos.

Eulau et al (1959) apresentam três perfis de representantes. Seu argumento coloca ênfase na função deliberativa da legislatura, em comparação com a função representativa. No perfil Administrador, o representante é um agente livre para fazer o que ele considera certo e justo, de acordo com sua consciência, seguindo seus próprios julgamentos com base na avaliação dos fatos. O perfil Delegado não usa seu julgamento para tomar decisões. Alguns consultam seu eleitorado. A possibilidade de conflitos é clara, por ser considerado uma autoridade superior. Finalmente, o perfil Político pode atuar como administrador ou delegado. Atua como pede as condições para resolver o conflito. É mais sensível aos conflitos, mais flexível e menos dogmático.

O já clássico trabalho de Pitkin (1967) enfatizou a dificuldade em se definir um conceito preciso de representação, concluindo que nenhum dos conceitos até então estabelecidos davam conta de todas suas dimensões e aspectos. Seguindo esta autora,

¹ Citado por Campilongo, 1998.

então, pode-se identificar cinco concepções diferentes de representação: a) representação equiparada a autorização, segundo a qual o representante é alguém autorizado a atuar e fazer recair sobre o representado as consequências de suas ações; b) representação como prestação de contas (accountability), para a qual o representante é aquele que deve responder por sua atuação ante seu representado; c) representação descritiva, identificada com a existência de certa correspondência entre representante e representado, que compartilhariam determinadas características ou qualidade; d) representação simbólica, que se baseia em uma identificação emocional entre representante e representado, que em política se equipara a liderança efetiva; e e) representação substantiva, que enfatiza a necessidade de analisar o conteúdo substantivo da atividade de representar, que aparece definida como agir em benefício de outro tendo em conta seus interesses (Pitkin, 1967).

Alguns autores fazem uma conexão entre a questão da representação política com a clássica disputa entre consensualismo e majoritarismo presente em estudos de todo um sistema eleitoral (Lijphart, 1996). Segundo Leal (2004), o debate majoritarismo/consensualismo tem grande conexão com o problema da representação. O argumento de que regras boas são aquelas que selecionam bons líderes e dão agilidade de decisão a eles pode estar associado à concepção de mandato livre ou virtual. Nessa visão, os bons líderes não precisam da outorga explícita dos representados para tomar uma decisão correta, já que tem competência para saber o que é melhor (Leal, 2004).

Almeida (2011) questiona o conceito de representação política e sua inadequação para a interpretação das práticas representativas contemporâneas. Segundo a autora, a emergência de canais de mediação entre Estado e sociedade em diferentes níveis e domínios da política desafia a teoria política a repensar os critérios de legitimidade. Na atualidade, a solução para a representatividade e para busca do conteúdo normativo da representação aponta para uma pluralidade das formas de representar e ser representado (Almeida, 2011).

Assim, na sociedade moderna, a representação expressa a diversidade social e os múltiplos e diferenciados grupos. Isso significa que as concepções de representação identificam distinções no que se refere às características dos modernos partidos políticos e as funções exercidas por essas agremiações (Telles, 1997).

Neste sentido, pode-se dizer que os partidos políticos figuram-se como uma peça importante na conceituação e percepção da representação política, funcionando como conexão entre os anseios da sociedade e a agenda política.

Segundo Kinzo (2005), os partidos políticos têm a função, entre outras de estruturar as preferências do eleitorado, funcionando como ponto de partida para que os cidadãos escolham seus representantes.

No Brasil, ainda que se possa observar uma certa dificuldade por parte dos eleitores em identificar os partidos como atores políticos distintos (Kinzo, 2005), os partidos políticos importam para explicar o comportamento dos eleitores brasileiros. Segundo Braga e Pimentel Jr. (2011) a preferência partidária - entendida como gosto por algum partido – é relevante para quase metade dos eleitores, tanto no que se refere à representação de ideias, quanto com respeito aos sentimentos que a eles se direcionam.

Sendo assim, para entender a representação política é importante entender o que vincula os eleitores a um determinado partido, e se a percepção que aqueles têm deste está ligada a características individuais ou institucionais (Leal, 2004).

Vínculos entre eleitores e partidos/representantes referem-se a uma conexão interativa entre o eleitorado e o Estado mediado pelas elites políticas. Este vínculo é dirigido pela necessidade que os partidos políticos/representantes têm de ganhar as eleições e assegurar sua sobrevivência política (Poguntke, 2002; Ruth, 2009).

Há estudos neste sentido trazendo como vínculos principais as promessas políticas e as conquistas alcançadas pelos representantes. Entretanto, Kitschelt (2000) salienta que há diversos outros tipos de vínculos, e propõe a existência de três tipos mais comumente encontrados: os vínculos programáticos, os clientelistas e os personalistas.

O vínculo programático refere-se aos partidos políticos, partindo do pressuposto de que o eleitor não pode saber como se comportará o seu representante, após eleito, no processo de tomada de decisão. Sendo assim, os partidos elaboram um programa político em que são apresentadas as propostas que os seus membros implementarão caso venham a ser eleitos. Dessa forma, os eleitores partiriam deste programa para escolher seus representantes, optando por candidatos de partidos que apresentem propostas mais próximas às suas posições ideológicas (Kitschelt, 2000).

Kitschelt (2000) propõe ainda o vínculo do tipo carismático, que se aproxima das práticas personalistas identificadas por Alcántara e Cabezas (2013) na região latino-americana. Este tipo de vínculo foca sua atenção nas características pessoais do representante, e no poder de persuasão que este tem em relação aos eleitores, que acreditam em sua capacidade de liderar no sentido de promover mudanças positivas. O autor (Kitschelt, 2000) salienta que, normalmente, os políticos que estabelecem vínculos

carismáticos tendem a manter uma certa discricção em relação a seu vínculo com o partido político a que pertence.

Finalmente, os vínculos clientelistas propostos por Kitschelt (2000) são caracterizados por uma troca mutuamente benéfica, porém assimétrica, em que se pode notar a exploração e dominação por parte do representante em relação ao representado. A política clientelista estabelece vínculos muito estreitos de prestação de contas e responsabilidade, ainda que estes violem a legalidade institucional.

Roberts (2002) cita, ainda, outros dois tipos de vínculos. O chamado *encapsulating linkage*, considerado um suptipo do vínculo programático, e o vínculo de mercado, caracterizado pela mobilização que os partidos políticos fazem através da mídia.

Por outro lado, outros tipos de vínculos entre eleitores e representantes podem surgir considerando-se o contexto peculiar da região latino-americana (Luna, 2014; Ruth, 2009; Roberts, 2002). Para Luna (2014), a existência da desigualdade social na região, combinada com sistemas de partidos menos institucionalizados e estáveis permite que os partidos criem estratégias eleitorais diferentes para mobilizar o eleitorado. Neste sentido, é possível a existência de diferentes tipos de vínculos entre eleitores e representantes atuando conjuntamente.

Segundo este autor, tanto os partidos como seus líderes individuais não se ajustam a um único tipo de vínculo, pois transitam ou adotam diferentes tipos de vínculos em cada situação ou contexto. Assim, um mesmo partido pode estabelecer diferentes tipos de vínculo dependendo do segmento eleitoral e da estratégia de mobilização (Luna, 2014).

Entretanto, no caso do Brasil, o tipo de vínculo programático pode encontrar um terreno menos fértil para se efetivar. Leal (2004) descreve um cenário de nova ambiência eleitoral que influencia as estratégias dos partidos e dos candidatos. Tal cenário está caracterizado, sobretudo, pela supervalorização da figura do candidato, que obriga os atores políticos a considerar outras estratégias de conexão eleitoral mais duradoura.

O próprio sistema eleitoral deve ser considerado uma influencia fundamental na definição de estratégias eleitorais dos partidos e dos candidatos. Norris (2003) afirma que as regras eleitorais, ao lado outros de fatores, são efetivamente relevantes para gerar incentivos a certos comportamentos dos atores políticos. Entender os vínculos entre os eleitores e deputados durante o mandato pressupõe verificar como estes vínculos são estabelecidos no período eleitoral.

Tendo em vista que a eleição dos deputados brasileiros se efetiva por um sistema proporcional de listas abertas, é forte o estímulo a um tipo de comportamento individualista (Leal, 2004). Conforme salienta Ames (1995), para se diferenciar de seus competidores intrapartidários, os candidatos que competem em sistemas proporcionais de listas abertas têm pouco incentivo para utilizar apelos ideológicos, já que estes, em lugar de distingui-los dos demais nomes da lista, os aproximam deles.

Ademais, como demonstra Alcántara e Cabezas (2013), a importância que se dá aos programas dos partidos políticos na América Latina é escassa e importa muito pouco na hora de decidir o voto. Na situação de instabilidade dos sistemas partidários latino-americanos, caracterizada, de forma geral, pelo frequente descumprimento das promessas explicitadas nos programas e a convivência do jogo programático com dinâmicas clientelistas e personalistas, é esperado que não se dê muita atenção aos programas dos partidos políticos.

O Partido Socialismo e Liberdade – breve histórico de sua origem e funcionamento

O PSOL surgiu em 2004, conseguindo seu registro definitivo em 2005, a partir de um rompimento ideológico da bancada de parlamentares do Partido dos Trabalhadores (PT) e de uma rebelião de algumas de suas tendências internas de extrema esquerda do partido.

A posição assumida pelo PT logo após a chegada ao governo de Lula em 2002 já fazia com que diversos agrupamentos e coletivos internos do partido pensassem em novos rumos. Assim que assumiu a presidência, Lula estabeleceu uma divisão de poder no governo que deixou insatisfeitos diversos setores da esquerda do PT. A indicação de um latifundiário ligado ao agronegócio para o Ministério da Agricultura, a nomeação de Henrique Meirelles para a presidência do Banco Central e o apoio do governo federal ao ex-presidente José Sarney, candidato à presidência do Senado Federal, incrementou a polarização interna no partido. (Pompeo, 2007).

O deslocamento do PT ao centro do espectro político-ideológico, evidenciado, sobretudo, no contexto da votação e aprovação da reforma da Previdência Social encaminhada pelo governo Lula em 2003, e contra a qual se declararam alguns

parlamentares chamados de “radicais do PT” (Silva, 2011), aprofundou o grau de divergência destes em relação ao partido.

A reforma da previdência proposta pelo governo petista era acusada por alguns de ter viés privatizante, retirando direitos conquistados e com caráter político claramente distinto ao defendido historicamente pelo PT. O sociólogo Chico Oliveira, em carta aberta explicando os motivos que o levaram a deixar o PT, caracteriza a reforma da previdência como *“anti-trabalhador e pró-sistema financeiro, uma reforma tributária mofina e oligarquizada, uma campanha de descrédito e desmoralização do funcionalismo público, uma inversão de valores republicanos em benefício do ideal liberal do êxito a qualquer preço (...)”*.

A votação da reforma da Previdência Social culminou com a expulsão do partido de quatro parlamentares que haviam se oposto à aprovação do projeto – Heloísa Helena, Luciana Genro, João Fontes e Babá (Pompeo, 2007). Tais parlamentares, juntamente com importantes sindicatos e uma parcela significativa de militantes ligados ao funcionalismo público, se organizaram para a criação de um novo partido que representasse os ideais que o PT havia deixado de lado em sua nova postura mais ao centro.

O Partido Socialismo e Liberdade - PSOL foi, então, fundado em junho de 2004 pelos parlamentares que haviam sido expulsos do PT: a então senadora Heloísa Helena e os então deputados federais Luciana Genro, Babá e João Fontes, e obteve registro definitivo na Justiça Eleitoral no dia 15 de setembro de 2005. Apresentando-se como um “guarda-chuva para a esquerda socialista do Brasil” (Silva, 2013), o PSOL foi construído em torno das bandeiras socialistas que o PT abandonou ao longo de seu processo de transformismo político (Pompeu, 2007).

Após a legalização do partido, uma “segunda onda” de descontentes com o PT ingressou no PSOL, em 2005, entre eles, os então deputados federais Ivan Valente, Chico Alencar, Maninha, João Alfredo, os deputados estaduais Afrânio Boppré, Randolfe Rodrigues, Carlos Gianazzi e Brice Bragato, além de personalidades, militantes e intelectuais como Plínio de Arruda Sampaio e Marcelo Freixo (PSOL, 2015).

Como observa Silva (2013) em estudo que busca definir as elites políticas do PSOL, sua coalizão dominante é formada majoritariamente por trabalhadores assalariados e não conta com nenhum grande empresário. Porém, observa-se também que a elite partidária é formada por aquele setor do proletariado que pode ser reconhecido como classe média urbana; também foi constatada a gigantesca hegemonia da categoria docente.

O PSOL nasceu, então, como partido socialista à esquerda do Partido dos Trabalhadores, buscando ser oposição a este (PSOL, 2004b). Define-se estatutariamente como partido socialista democrático de esquerda radical, ético e combativo, que busca desenvolver ações com o objetivo de organizar e construir, junto com os trabalhadores do campo e da cidade, de todos os setores explorados, excluídos e oprimidos, bem como os estudantes, os pequenos produtores rurais e urbanos, a clareza acerca da necessidade histórica da construção de uma sociedade socialista, com ampla democracia para os trabalhadores, que assegure a liberdade de expressão política, cultural, artística, racial, sexual e religiosa (PSOL, 2004a).

O partido traz como bandeiras principais a ruptura com o FMI, com a dívida externa e Alca, bem como sua ligação à mudança do regime social e a conquista de um governo dos trabalhadores e das classes populares exploradas e oprimidas no capitalismo. Seu programa traz como principais objetivos a redução da jornada de trabalho para 40 horas sem redução dos salários, o progresso tecnológico, o aumento real dos salários, a reforma agrária, moradia digna para todos, reversão dos gastos públicos para saúde, educação e infraestrutura, implementação de reformas populares, democratização dos meios de comunicação, luta contra a insegurança, preservação do meio ambiente, combate ao racismo e defesa do direito das mulheres, livre expressão sexual, e a defesa dos aposentados, idosos e das minorias nacionais (PSOL, 2004b).

O PSOL, estatutariamente, está organizado hierarquicamente do seguinte modo: Congresso Nacional, Convenção Nacional, Diretório Nacional (DN), Comissão Executiva Nacional (CEN), Convenção Estadual, Diretório Estadual (DE), Comissão Executiva Estadual (CEE), Convenção Municipal, Diretório Municipal (DM), Comissão Executiva Municipal (CEM), Zonais, Núcleos de base (PSOL, 2004a).

Nacionalmente, então, o PSOL dispõe de dois órgãos centrais: o Diretório Nacional (DN) e seu núcleo, a Comissão Executiva Nacional (CEN). A CEN é responsável por controlar a comunicação interna, a gestão com o exterior, além dos recursos do fundo partidário, principal fonte de financiamento do partido (Silva, 2013).

De acordo com o Estatuto do PSOL (PSOL, 2004a), a organização básica da vida partidária são os núcleos de base, os quais se organizam em função de regiões geográficas, questões de gênero, atividades profissionais, estudo ou trabalho, atuação nos movimentos sociais. Tais núcleos têm a função de permitir uma maior presença dos filiados na vida partidária e permitir um contato constante com as lutas populares, funcionando como canal

de permanente comunicação do partido com as atividades desenvolvidas pelos trabalhadores, e tendo como objetivo a intervenção partidária na luta social (Silva, 2011).

Desde sua fundação, o PSOL optou por ser um partido de tendências permanentes, isto é, internamente existem agrupamentos que possuem funcionamento e organização próprios. Esse modelo pressupõe que as correntes possam defender posicionamentos e ações que difiram das do partido, não sendo obrigadas a seguir políticas com as quais não estão de acordo. Esse modo de organização possibilita a convivência entre grupos de origens e concepções diferentes sem que uma maioria sufoque as divergências (Delmanto e Sada, 2008). Como se pode observar no Quadro 1 acima, dos parlamentares que participaram da fundação do PSOL e aqueles que ingressaram no partido logo após o seu registro, apenas Heloísa Helena e Chico Alencar não fazem parte de nenhuma das tendências do partido, declarando-se como independentes.

Pompeo (2007) identifica a existência de seis tendências majoritárias, por seu peso social, político, formulativo e organizativo: Ação Popular Socialista (APS), Movimento Terra e Liberdade (MTL), Movimento de Esquerda Socialista (MES), Corrente Socialista dos Trabalhadores (CST), Corrente Socialismo e Liberdade (CSOL) e Enlace.

Desde o seu nascimento, o PSOL vem apresentando crescimento eleitoral. Nas eleições de 2012, o partido praticamente dobrou o número de vereadores eleitos (49 contra 25 em 2008). Desses vereadores, 22 venceram em capitais em 2012, contra oito em 2008. O PSOL conquistou em 2012, ainda, suas duas primeiras prefeituras: Gelsimar Gonzaga, no pequeno município fluminense de Itaocara, e Clécio Luiz, em Macapá, capital do Amapá. Além disso, conseguiu ser o agente principal da disputa no Rio de Janeiro e em Belém, no Pará (Silva, 2013).

Nas eleições de 2014, a candidata à presidência Luciana Genro foi a quarta candidata mais votada, conquistando 1.609.982 votos, o que representou 1,55% dos votos válidos, contra 886.816 votos (0,87% dos votos válidos) recebidos por Plínio de Arruda Sampaio, candidato do partido à presidência em 2010. Em relação aos deputados federais, o PSOL passou de 3 (três) eleitos em 2010 para 5 (cinco) em 2014. O partido dobrou o número de deputados estaduais eleitos, passando de 6 (seis) em 2010 para 12 (doze) em 2014, sendo o Deputado Estadual Marcelo Freixo o mais votado do Estado do Rio de Janeiro, com mais de 350.000 votos.

Hoje, o PSOL conta hoje com 6 (seis) deputados federais, 12 (doze) deputados estaduais, 2 (dois) prefeitos e 32 (trinta e dois) vereadores. Os Quadros 2 e 3 trazem de forma esquemática os deputados federais e estaduais eleitos nas eleições de 2014.

Quadro 2 – Deputados Federais do PSOL eleitos em 2014²

Deputado	Estado	Votação	% votos válidos
Ivan Valente	SP	168.928	0,79
Cabo Daciolo	RJ	49.831	0,65
Chico Alencar	RJ	195.964	2,55
Jean Wyllys	RJ	144.770	1,89
EdmilsonRodrigues	PA	170.604	4,54

Fonte: dados TSE

Quadro 3 – Deputados Estaduais do PSOL eleitos em 2014³

Deputado	Estado	Votação	% votos válidos
Marcelo Freixo	RJ	350.408	4,43
Paulo Ramos	RJ	18.732	0,24
Flávio Serafini	RJ	16.117	0,20
Eliomar Coleho	RJ	14.144	0,18
Dr. Julianelli	RJ	11.805	0,15
Carlos Giannasi	SP	164.929	0,79
Raul Marcelo	SP	47.923	0,93
Edilson Silva	PE	30.435	0,66

² Hoje, o PSOL conta com os seguintes parlamentares: Chico Alencar, Edmilson Rodrigues, Ivan Valente, Jean Wyllys, Glauber Braga e Luiza Erundina, os dois últimos tendo migrado ao PSOL oriundos do PSB. O deputado Cabo Daciolo foi expulso do PSOL em maio de 2015 por contrariar o estatuto e o programa do partido.

³ Os deputados Fabrício Furlan e Dr. Julianelli migraram respectivamente para o Solidariedade e para a Rede Sustentabilidade.

Fabrizio Furlan	AP	4.294	1,09
Paulo Lemos	AP	4.105	1,04
Renato Roseno	CE	59.887	1,34
Pedro Ruas	RS	36.230	0,59

Fonte: dados TSE

Como se pode observar, a maior parte dos parlamentares do PSOL são representantes dos estados do Rio de Janeiro e São Paulo. A região norte do país conta com uma representação do PSOL de certa forma expressiva considerando o tamanho da população e a importância da região, com dois deputados estaduais e um senador deste partido no estado do Amapá e um deputado federal do Pará. Esta concentração de votos nestas regiões, e suas causas específicas será objeto de análise no trabalho que se pretende desenvolver.

Interessante notar, ainda, a expressiva votação dos deputados federais Chico Alencar, com quase 200.000 votos no Rio de Janeiro, e Ivan Valente, com quase 170.000 votos em São Paulo. O deputado estadual Marcelo Freixo foi o mais bem votado do estado do Rio de Janeiro, com mais de 350.000 votos, o que representa 4,5% dos votos válidos, percentual bastante significativo em um distrito eleitoral composto de 70 (setenta) cadeiras.

O crescimento demonstrado pelo PSOL ao longo das eleições que participou, aliado à pauta que apresenta ao debate, pode indicar que o partido pode vir a ser uma importante força desafiante representante desta nova esquerda radical na América Latina, criando precedentes para o crescimento desta força ainda incipiente na região.

Desenho de Pesquisa

Como afirma Luna (2010, 2014), o contexto latino-americano permite que os partidos criem estratégias eleitorais diferentes para mobilizar o eleitorado, não se ajustando a um único tipo de vínculo. Segundo o autor, partidos podem buscar estratégias altamente segmentadas para atrair diferentes bases eleitorais, especialmente quando competem em sociedades desiguais.

Partindo-se desta teoria, a hipótese inicial é que os tipos de vínculos desenvolvidos pelos dos deputados do PSOL com seu eleitorado não são homogêneos. Dependendo da situação ou contexto, e considerando as diferentes bases eleitorais do partido, os vínculos estabelecidos entre o PSOL e os seus eleitores varia dependendo do segmento eleitoral e da estratégia de mobilização.

Tendo em vista o nascimento e trajetória do partido, sobretudo o fato de ter-se formado a partir de um rompimento ideológico com o Partido dos Trabalhadores, espera-se que, ainda que haja esta variação, o tipo de vínculo existente entre o PSOL e seus eleitores seja em sua maior parte pragmático e ideológico.

Neste sentido, a hipótese que irá nortear este trabalho é a seguinte:

H1: os tipos de vínculos estabelecidos entre o PSOL e seus eleitores variam segundo a base eleitoral e a estratégia de mobilização, havendo predominância do vínculo ideológico e pragmático.

Para determinar a variável dependente, toma-se em conta que a presente pesquisa busca identificar quais são os tipos de vínculos que os deputados do Partido Socialismo e Liberdade estabelecem com seus eleitores durante o mandato, e o que determina o estabelecimento de um ou outro tipo de vínculo. Neste sentido, define-se como variável dependente os vínculos estabelecidos entre os deputados do PSOL e seus eleitores.

Para compreender quais são as variáveis que podem conduzir ao estabelecimento de um ou outro tipo de vínculo, Marengi (2013) propõe a utilização de indicadores referentes ao partido e aos eleitores. Sendo assim, importante entender como se comportam os eleitores do PSOL, assim como as estratégias utilizadas pelo partido, e pelos deputados individualmente, para interagir com seus eleitores.

Segundo a autora (Marengi, 2013), a característica mais importante para definir os vínculos programáticos é a força dos postulados ideológicos e programáticos como nexos eleitoral entre eleitores e partidos. A dos vínculos clientelistas é a entrega ou não de bens materiais em troca de votos, e a dos vínculos carismáticos é o papel que cumpre o líder na configuração do sufrágio.

Para se analisar os vínculos existentes entre deputados e eleitores, tomam-se três blocos de variáveis que podem, em última instância, causar impacto na forma como são

estabelecidos os vínculos entre os deputados do PSOL e seus eleitores, assim como na definição de quais são estes tipos de vínculos.

O primeiro bloco diz respeito às variáveis relativas ao partido. Como salienta Luna (2014), as variáveis partidárias tem um papel de elevada importância quando se pretende estudar as conexões que os partidos desenvolvem com seus eleitores, uma vez que as estratégias que estabelecem são determinantes na configuração dos vínculos com seus eleitores.

Por conseguinte, importante considerar o histórico e a formação organização do partido. Ruiz (2007) chama a atenção para o impacto da estruturação programática do partido político no tipo de vínculos que ele formará com seus eleitores. A análise da trajetória do partido é fundamental para compreender o seu atual estágio de desenvolvimento ideológico e como o partido se relaciona com seus eleitores por meio da ideologia.

Ainda em relação ao partido, necessário considerar a sua coerência partidária, entendida como o grau de convergência entre os membros de um mesmo partido em aspectos relevantes da arena político-partidária (Ruiz, 2007). Quanto maior a concordância nas opiniões e atitudes, maior a coerência. Da mesma forma que quanto maior a coerência interna, maior será a estruturação programática, favorecendo as conexões do tipo programático. A falta de coerência dificulta a percepção dos cidadãos em relação às diferenças entre os partidos, obrigando-os a estabelecer conexões a partir outras características, como os intercâmbios de bens ou a personalidade dos políticos.

A ideologia partidária também se destaca como fator importante no momento de se estabelecer vínculos de um partido com seus eleitores. Espera-se que quanto mais no extremo ideológico se encontra um partido, maior possibilidade de se estabelecer uma conexão de natureza programática (Otero e Rodriguez, 2014). Os partidos mais ao centro do espectro ideológico enviam mensagens mais difusas, dificultando a identificação da sua posição ideológica e favorecendo os vínculos mais heterogêneos.

Kitschelt (2000) salienta, ainda, que partidos com mercado liberal e ideologia socialista têm maior tendência às relações programáticas e menos ao clientelismo. Políticas esquerdo-libertárias, com maior nível de igualdade social e maior participação popular direta na tomada de decisões também dificultam o clientelismo e as relações carismáticas.

Outro fator importante a ser considerado em relação aos partidos diz respeito a seu enraizamento. Barreda e Ruiz (2014) afirmam que a existência de uma sede do partido no

distrito favorece uma atividade política mais alinhada com as preferências e orientações do seu partido. Aqui se analisa também o impacto das cúpulas nos processos de tomada de decisões internas do partido.

Quando os partidos têm fortes raízes na sociedade, os representados se sentem conectados ao partido e votam regularmente nele (Mainwaring e Torcal, 2005). Os partidos menos centrados na expansão da cidadania produzem eleitorados mais apartidários, tendendo a estabelecer vínculos personalistas e clientelistas (Telles e Moreno, 2014).

O segundo bloco de variáveis diz respeito aos deputados considerados individualmente. Como salienta Luna (2014), em países como os da região latino-americana, o incentivo ao voto personalista pode ser grande, o que pode fazer com que os deputados estabeleçam vínculos com seus eleitores diferentes daqueles estabelecidos por seu partido.

Para verificar, então, a relação que os deputados do PSOL estabelecem com seus eleitores, importante verificar, em primeiro lugar, se estão no primeiro mandato ou são reeleitos. A literatura proporciona argumentos sobre os efeitos da concepção e atuação dos representantes reeleitos em comparação aos recém eleitos. Argumenta-se que a impossibilidade de reeleição incentiva que os legisladores deixem de atuar representando os interesses dos eleitores e que orientem sua lealdade aos líderes dos partidos e outros atores capazes de garantir suas carreiras no futuro. Pode-se esperar que os deputados que levem tempo no cargo tenham maiores incentivos para ser autônomos em relação a seus partidos (Barreda e Ruiz, 2014). Isto pode incentivar que o deputado crie um tipo de vínculo com seu eleitor diferente daquele criado por seu partido.

A congruência ideológica e programática do deputado em relação ao partido é outro fator que pode favorecer a coesão interna do partido e a unidade em seu comportamento externo, por exemplo, no parlamento. Espera-se que um maior afastamento ideológico com o partido signifique uma maior autonomia em relação ao partido na sua conexão com suas bases. Mede-se também a relação entre o nível de coincidência da ideologia dos deputados com a dos seus eleitores (Barreda e Ruiz, 2014).

Ainda em relação aos deputados, importante estudar o papel dos recursos que cada um disponibiliza para sua campanha. Luna (2010), ao estudar os vínculos entre os eleitores e o partido chileno UDI (Unión Demócrata Independiente), ressaltou a importância do financiamento das campanhas para o estabelecimento de vínculos entre eleitores e partidos na América Latina. Segundo o autor, na América Latina, os partidos aproveitam a

disponibilidade de financiamento não estatal de campanhas eleitorais para desenvolver múltiplos tipos de vínculos com as bases sociais diversas e segmentadas. No caso da UDI, o partido conseguiu receber fundos do seu eleitorado tradicional identificados com o partido – setores empresariais e conservadores, e utilizar tais fundos para desenvolver uma estratégia de mobilização de uma nova base eleitoral em setores de baixa renda (Luna, 2010).

O terceiro bloco de variáveis diz respeito àquelas relativas aos eleitores. Um dos requisitos mais importantes se refere às preferências dos eleitores sobre os temas (*issues*) em torno dos quais se estrutura a competição política (Marenghi, 2013). Se os eleitores não tem preferências claras é improvável que votem com base nelas. A incapacidade dos eleitores de estabelecer uma preferência sobre um determinado tema determina a sua capacidade de ter um voto programático.

Marenghi (2013) propõe, ainda, a análise das percepções adequadas por parte dos eleitores das opções que o partido lhes oferece. É importante que os eleitores conheçam as diferenças que existem entre as variadas posições que adotam as organizações partidárias.

Em relação a outros fatores relativos aos eleitores, ainda estão sendo consideradas quais seriam as variáveis mais adequadas para serem incorporadas ao estudo. Possivelmente serão consideradas a identidade com o partido, razões do voto, opinião sobre os líderes, auto posicionamento na escala esquerda-direita (Telles, 2008).

Além das variáveis explicitadas, no presente estudo importa considerar alguns fatores referentes ao entorno que podem provocar algum impacto nas conexões que o PSOL estabelece com seus eleitores. Trata-se de variáveis relativas às bases eleitorais de cada deputados e das atividades que os deputados desenvolvem em relação a cada uma delas.

Tais variáveis podem ser importantes para explicar as diferenças regionais e concentração na eleição dos deputados do PSOL, que possuem a maior quantidade de representantes eleitos nos estados do Rio de Janeiro e São Paulo, na região sudeste, e no estado do Amapá, na região norte.

Não há estudos suficientes a respeito do PSOL para que se possa lançar mão de uma hipótese a respeito desta concentração de voto. Sendo assim, identificar quais são as bases eleitorais dos deputados deste partido – se são territoriais ou possuem outro tipo de configuração - e as atividades que cada deputado desenvolve em relação a elas pode lançar luz nas variáveis que condicionam a concentração de voto do partido nestes citados

estados, e se há diferença nos vínculos que são estabelecidos por cada deputado nestas regiões.

Metodologia

Para desenvolver a presente pesquisa utilizar-se-á da metodologia do estudo de caso, já que se pretende proceder à descrição do objeto de forma aprofundada, além de explicar as relações causais encontradas entre as variáveis. Será analisado o Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), tendo como núcleo de análise os deputados federais e estaduais deste partido eleitos em outubro de 2014, e que ainda são filiados ao partido.

A presente pesquisa encontra uma limitação no que se refere à disponibilidade de dados a respeito do partido objeto da análise. As pesquisas eleitorais disponíveis ou, de um lado, não apresentam dados do PSOL considerado individualmente, senão que o classificam como “outros partidos”, ou, por outro lado, possuem um “n” bastante pequeno, não permitindo a generalização dos resultados para a caracterização do partido. Tais fatos inviabilizam a realização de pesquisa quantitativa para se analisar o que se propõe.

Neste sentido, a pesquisa será realizada por meio de análises qualitativas. Duas são as ferramentas centrais neste trabalho. Por um lado, serão realizadas entrevistas com os dezessete deputados federais e estaduais do PSOL, assim como seus respectivos assessores, responsáveis pelo estabelecimento de suas agendas. Isto permitirá definir os públicos, cenários e recursos que eles entendem definir sua relação com suas bases, assim como os tipos de eleitores e outros atores mais relevantes em seus processos de tomada de decisões. Serão entrevistadas também as lideranças locais e regionais dos partidos. Tudo isto trará um importante aporte para o estudo das variáveis relativas aos deputados e ao partido.

Por outro lado, para que seja possível medir as variáveis relativas aos eleitores, proceder-se-á à realização de grupos focais compostos por eleitores do PSOL em dois estados da federação: Rio de Janeiro e São Paulo. A opção por tais estados decorre da expressiva votação obtida pelo PSOL nestas regiões, onde o partido concentra a maior parte de seus eleitores.

Imprescindível também que se proceda a uma análise documental dos registros das atividades do deputado no parlamento, o que permitirá determinar as atividades que os deputados desenvolvem em relação às suas bases, cotejar sua atuação no parlamento,

expressa por meio de votos e suas opiniões expostas em plenário, com o previsto na carta programática do partido.

Para as outras análises, importante a utilização de fontes secundárias como bibliografia sobre o partido, análise de seu programa e estatuto e os dados eleitorais disponibilizados pelo Tribunal Superior Eleitoral e pela Câmara dos Deputados.

O Quadro 4 apresenta de forma sintética as variáveis independentes que serão consideradas neste estudo, a forma de sua operacionalização, assim como a fonte dos dados.

Quadro 4 - Operacionalização das variáveis independentes: indicadores e dados			
	Variáveis	Indicadores	Dados
Relativa aos deputados	Reeleição	Reeleição	Dados Eleitorais do TSE
	Congruência Ideológica	Congruência Ideológica	Entrevistas com os deputados e seus assessores, dados de votação (Congresso Nacional)
	Recursos para a campanha	Quantidade e origem	Dados TSE
Relativas ao Partido	Coerência partidária	Coerência ideológica e Coerência programática	Entrevistas com os deputados e seus assessores, análise documental e dados de votação
	Sucesso eleitoral	Número de votos	Dados TSE
	Histórico Partidário	Trajetória do partido	Análise documental, Entrevistas com os deputados e seus assessores
	Enraizamento	Presença local e número de filiados	Dados TSE e Entrevistas com os deputados e seus assessores
Relativas aos Eleitores	Preferência sobre temas	Preferência sobre os issues em que se estrutura a competição	Grupos Focais
	Percepções das opções oferecidas pelos partidos	Em análise	Grupos Focais
	Razões de voto	Razões de voto	Grupos Focais
	Opinião sobre políticos	Opinião sobre os líderes e sobre os deputados	Grupos Focais
Relativas ao entorno	Bases eleitorais	Quais são as bases e atividades desenvolvidas em relação a elas	Análise documental, entrevistas com os deputados e seus assessores

Referências

Alcántara, M. et. al. (2013). Los vínculos entre electores y partidos: la actividad distrital de los Diputados de Chile, Perú y Bolivia. Projeto de Pesquisa.

Alcántara, M.; Cabezas, Lina M. (2013). *Selección de candidatos y elaboración de programas en los partidos políticos*. Valencia: Tirant le Blanch.

Almeida, Debora C. Rezende. (2011). *Repensando representação política e legitimidade democrática: entre a unidade e a pluralidade*. Tese (doutorado em Ciência Política). Universidade Federal de Minas Gerais.

Ames, Barry (1995). Electoral strategy under open-list proportional representation. *American Journal of Political Science*, v. 39, n.2, p.406-433.

Bensaid, Daniel (2010). Emerge uma nova esquerda na Europa. Disponível em: <http://www.socialismo.org.br/portal/internacional/38-artigo/1255-emerge-uma-novaesquerda-na-europa>.

Brack, N.; Costa, O.; Teixeira, C. (2012). Attitudes towards the Focus and Style of Political Representation among Belgian, French and Portuguese Parliamentarians, *Representation*, vol.48, n. 4, pp. 387-402.

Braga, M. S.; Pimentel Jr., J. (2011) Os partidos políticos brasileiros realmente não importam? *Opinião Publica*, vol.17, no.2, Campinas.

Delmanto, J.; Sada, J. (2008). *PSOL: uma hipótese*. Trabalho de Conclusão de Curso (bacharelado em Jornalismo). Faculdade Cásper Líbero.

Eulau, H.; Wahlke, J. C.; Buchanan, W.; Ferguson, L. C. (1959). The role of the representative: some empirical observations on the theory of Edmund Burke. *American Political Science Review*, vol 53, issue 03, pp. 742-756.

Gunther, R e Diamond, L. (2003). Species of Political Parties: a new typology. *Party Politics*, vol. 9, n° 2, pp. 167-199.

Hagopian, F. (2000). Democracia y Representación Política en América Latina en los Años Noventa: ¿pausa, reorganización o declinación?. In López, E.; Mainwaring, S. *Democracia: discusiones y aproximaciones*. Buenos Aires: Universidad Nacional de Quilmes, 265–330.

Hunter, Wendy (2011). Brazil: the PT in power. In Levistky e Roberts (2011). *The resurgence of latin america left*. Baltimore: The John Hopkins University Press.

Kinzo, Maria D'Alva. (2005) Os partidos no eleitorado: percepções públicas e laços partidários no Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol.20, n.57, pp. 65-81

Kitschelt, H. (2000). Linkages between Citizens and Politicians in Democratic Polities, *Comparative Political Studies*, vol. 33, n.6/7, pp.845-879.

Leal, Paulo Roberto Figueira (2004). *O PT e o dilema da representação política: os deputados federais são representantes de quem?* Rio de Janeiro: Editora FGV.

Levistky e Roberts (2011). *The resurgence of latin america left*. Baltimore: The John Hopkins University Press.

López, Santiago (2005). Partidos desafiantes en América Latina: representación política y estrategias de competencia de las nuevas oposiciones. *Revista de Ciencia Política*, vol. 25, n° 2, pp. 37–64.

Luna, J.P (2014) *Segmented Representation: political party strategies in unequal democracies*. Oxford: Oxford Studies in Democratization.

_____. (2010). Segmented Party–Voter Linkages in Latin America: The Case of the UDI. *Journal of Latin America Studies*, vol. 2, part 2, p. 325-356.

Mainwaring, S. e Torcal, M. (2005) La institucionalización de los sistemas de partidos y la teoría del sistema partidista después de la tercera ola democratizadora, *América Latina Hoy*, vol.41, pp. 141-173.

Melo, Paulo Victor Teixeira Pereira; Ramirez, Nerea; Del Giúdice, Noelle . Confiança nos partidos políticos e valores: o caso espanhol. *Em Debate* (Belo Horizonte), v. 6, p. 83-103, 2014.

Manin, B. (1997). *Principles of Representative Government*. Cambridge: Cambridge University Press.

Marenghi, P. (2013). *El vínculo programático entre electores y partidos políticos: una propuesta de medición*. Paper Universidade de Salamanca.

Moura, Pablo T. C. (2011). *As Razões da Esquerda Radical - PCB, PSTU e PSOL: estrutura organizativa e objetivos políticos*. Dissertação (mestrado em Ciências Sociais). Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

Norris, Pipa (2003). *Electoral engineering: voting rules and political behaviour*. Cambridge: Cambridge University Press.

O'Donnell, G. (1994) Delegative Democracy. *Journal of Democracy*, vol. 5, nº 1, pp. 55-69.

Otero, P. e Rodriguez, J. A. (2014). Vínculos ideológicos y éxito electoral en América Latina, *Política y Gobierno*, vol.21, n.1, pp.159-200.

Pitkin, H. (1967). *The Concept of Representation*. Berkeley: University of California Press.

Poguntke, Thomas (2002) Party Organizational Linkage: Parties Without Firm Social Roots? In Luther, K. R.; Müller-Rommel, F. *Political Parties in the New Europe: Political and Analytical Challenges*, edited by. Oxford: Oxford University Press.

Pompeo, F. S. (2007) As origens do PSOL. *Revista Urutágua*, nº 12.

PSOL (2004a). *Estatuto do Partido Socialismo e Liberdade*. Brasília.

_____ (2004b). *Programa do Partido Socialismo e Liberdade*. Brasília.

_____ (2015). *História do Partido Socialismo e Liberdade*. Disponível em <<http://psol50.org.br/site/paginas/1/nossa-historia>>, consultado em agosto de 2015.

Quirós, J. L. G. (2012) La crisis de la idea de representación política. *Nueva Revista de Política, Cultura y Arte*, n.40.

Roberts, Kenneth M. (2002). Party-society linkages and democratic representation in Latin America. *Canadian Journal of Latin American and Caribbean Studies*, v. 27 (53), pp. 9-34.

Ruiz Rodríguez, Leticia M. (2007). *Partidos y coherencia: parlamentarios en América Latina*. Madrid: Centro de Estudios Políticos y Constitucionales.

Ruth, Saskia (2009). *Linkage Strategies of Political Parties in Latin America*. Paper prepared for the ECPR Joint Sessions, Lisbon, April 2009 Workshop 13 “Political Parties and Civil Society”.

Silva, J. C. G. (2011) *Partido, política e organização: o PSOL e os dilemas estratégicos da nova esquerda radical do Brasil (2004-2010)*. Dissertação (mestrado em Ciência Política). Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná.

_____. (2013) Partido dos professores: elite partidária e evolução política do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL). *Revista Paraná Eleitoral*, vol. 2, nº 1, pp. 63-98.

Silva, Fabrício Pereira da. (2009). *Esquerdas latino-americanas contemporâneas: estrutura, institucionalização e tipologia*. Paper apresentado no 33º Encontro Anual da ANPOCS, 26 a 30 de outubro de 2009, Caxambu – MG.

Telles, Helcimara S. (1997). *O PT e a ordem: identidade, conflito e interação*. Dissertação (mestrado em Ciência Política). Universidade Federal de Minas Gerais.

_____. (2008) *Eleitores Voláteis, Eleitores Petistas: que samba isso dá em Beagá?* Paper apresentado no VI Encontro da ABCP, 29/07/2008 a 01/08/2008, Campinas – SP.

Telles, H. e Moreno, A. (2014) *Comportamento eleitoral e comunicação política na América Latina: o eleitor latino-americano*, Editora UFMG, Belo Horizonte.

Telles, H.; Palermo, V. (2006). El escenario político brasileño: la matriz institucional y la dimensión representativa en el gobierno de Lula da Silva. *Umbrales de América del Sur*, v. 1, p. 81-94.

Van Evera, S. (1997). *Guide to Methods for Students of Political Science*. Cap. 1.